



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

**São Paulo, 19 de setembro de 2016**

**Discurso do Diretor de Política Monetária Reinaldo Le Grazie, proferido em 19 de setembro de 2016, durante evento na Cámara Oficial Española de Comércio en Brasil, em São Paulo**

Senhoras e Senhores, bom dia.

É uma grande satisfação participar deste evento. Agradeço pelo convite e registro a relevante contribuição deste encontro para o estreitamento das relações de amizade entre nossos países, bem como para a ampliação e o fortalecimento das parcerias econômicas e comerciais que já vêm de longa data.

O encontro na semana passada do Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil, Marcos Pereira, com o secretário de Comércio da Espanha, Jaime García-Legaz, é um exemplo disso. O Brasil está trabalhando na reformulação do modelo de concessões nas áreas de logística, portos, aeroportos e rodovias, fortalecendo a segurança jurídica e a estabilidade regulatória. Conjuntamente com a recuperação da economia brasileira e a retomada do crescimento econômico, isso deve robustecer as condições para o investimento de empresas espanholas no Brasil e para o alargamento do comércio entre os dois países.

Não poderia deixar de mencionar a existência de um Memorando de Entendimentos entre o Banco Central do Brasil e o Banco de Espanha, firmado em 2014. O documento ampliou a base formal das relações entre as respectivas autoridades monetárias para a realização de ações conjuntas nas áreas de pesquisa, intercâmbio de funcionários, cooperação técnica e de assistência técnica ou capacitação, entre outros.

Em nosso papel, no Banco Central do Brasil, buscamos pavimentar o caminho, com contribuições à agenda de política econômico-financeira brasileira, para que a nossa inserção internacional e regional continue se aprofundando. Certamente, a maior parceria em assuntos comerciais, culturais e financeiros de nossos países poderá também ser robustecida.

Início então um panorama a respeito da atual política econômica brasileira.

Estamos completando aproximadamente oito anos da deflagração da crise financeira internacional, a partir do colapso do banco Lehman Brothers.

Desde então, a comunidade internacional tem empreendido reformas, sem precedentes, nos arcabouços regulatórios que regem os sistemas financeiros globais e locais.

Já no Brasil, o sistema financeiro nacional mostrou-se relativamente estável frente à turbulência global. Nesse sentido, o Banco Central do Brasil tem apoiado as iniciativas externas de maior regulação dos mercados financeiros e, em conjunto com o governo brasileiro, vem introduzindo medidas que ajudam a recuperar a economia e a ampliar a solidez das instituições financeiras no país.

Para tanto, um passo importante é a recuperação da confiança perante os agentes econômicos, o que, por sua vez, pavimentará o caminho para a retomada do crescimento sustentável de nossa economia.

O BC contribui para esse processo à medida que assegura tanto a estabilidade do sistema financeiro quanto a manutenção do poder de compra da moeda, ao garantir uma taxa de inflação baixa e estável.

É esse o caminho para um ciclo virtuoso de crescimento econômico, ampliação do emprego, da renda, das oportunidades de ascensão social e da melhoria do bem-estar da população.

E, para retornarmos a um ambiente de estabilidade, confiança e crescimento, é preciso resgatar os pilares do tripé macroeconômico e aplicá-los de forma plena, ou seja, nutrir a responsabilidade fiscal, manter controle da inflação e regime de câmbio flutuante.

Esse foi o paradigma macroeconômico que permitiu ao Brasil ascender econômica e socialmente em passado não muito distante, e dois desses pilares estão diretamente ligados à atuação do Banco Central.

Temos, como uma das principais atribuições do BC, o controle da inflação, o qual é alcançado pelo emprego do sistema de metas de inflação, cabendo ao Conselho Monetário Nacional definir a meta e ao Banco Central, de forma determinada, buscar seu cumprimento.

Quanto mais tempo a inflação permanecer em torno da meta, maior será a contribuição do Banco Central para que as correções de preços deixem de ser uma preocupação recorrente na tomada de decisão dos agentes, diminuindo a predisposição ao reajuste inercial e mitigando os impactos desse que é um reconhecido imposto regressivo.

Com isso, a economia terá melhores condições para ampliar horizontes de investimentos e promover a expansão da produção, condição indispensável para reconduzir o país ao tão almejado crescimento sustentável de longo prazo.

O outro pilar do tripé macroeconômico que está dentro das competências do BC é o regime de câmbio flutuante.

Intervenções pontuais que sirvam para corrigir distorções no mercado de câmbio são práticas saudáveis, desde que não alterem a trajetória de longo prazo da moeda, que é, em última instância, definida por um conjunto de fatores locais e externos.

De fato, o resultado da conta corrente mostra que o câmbio flutuante tem funcionado no Brasil.

Portanto, sem ferir o regime de câmbio flutuante, o Banco Central utiliza, sempre com a necessária parcimônia, as ferramentas cambiais de que dispõe.

Por fim, temos o último pilar do tripé, a responsabilidade fiscal, que contribui para a manutenção de uma inflação baixa e para a queda sustentável dos juros reais ao longo do tempo, fatores importantes para o desenvolvimento do financiamento de longo prazo no Brasil.

A eficiência da política monetária do Banco Central será tanto maior quanto mais bem-sucedidos forem os esforços para a implantação de reformas e ajustes que fortaleçam o pilar da responsabilidade fiscal.

A propósito, sobre as reformas necessárias ao País, é preciso modernizar o arcabouço regulatório e tributário dos instrumentos de investimento, visando a atrair recursos privados disponíveis, tanto no Brasil quanto no exterior, para o financiamento da infraestrutura.

Além disso, é preciso discutir soluções que contribuam para a redução do custo de intermediação financeira, buscando maior eficiência no sistema bancário e diminuindo a diferença entre a remuneração oferecida aos investidores e o custo do crédito para o tomador final.

Por último, quero ressaltar a importância da comunicação do Banco Central com a sociedade, por meio do diálogo e da prestação de contas, para a satisfação do interesse público, a promoção da cidadania e o cumprimento da missão institucional.

Transparência, previsibilidade e comunicação adequada contribuem para ancorar as expectativas dos participantes da economia, aumentar a credibilidade nas ações do Banco Central e, por consequência, combater a inflação com menor custo.

Agradeço pela atenção e desejo um bom dia a todos.